



Federação Brasileira de Associações  
de Fiscais de Tributos Estaduais

## A dívida dos Estados com a União

Lei 9.496/97 e PROES

Esta dívida deve ser refeita retroativamente à data da assinatura dos contratos com o valor original sendo corrigido apenas pela inflação; a União não pode cobrar juros do outro ente federado que teve suas finanças abaladas por medidas econômicas por ela adotadas.

Abaixo, tabela comparativa da variação da remuneração paga pelos estados à União com a variação de outros indicadores.

<b>jan/1999 a dez/2016 (índices capitalizados)</b>			
<b>REMUNERAÇÕES PAGAS PELOS ESTADOS À UNIÃO (*)</b>			
IGP/DI + 7,5% (pago por PA, MG e AL)		1.606%	
IGP/DI + 6% (pago pelos demais estados)		1.204%	
<b>VARIAÇÃO DE OUTROS INDICADORES</b>			
IGP/DI		344%	
IPCA		228%	
SELIC		1.055%	
CDI		1.039%	
POUPANÇA		312%	
<b>CÁLCULO DO JURO REAL PAGO PELOS ESTADOS À UNIÃO (*)</b>			
ESTADOS	REMUNERAÇÕES DA UNIÃO (*)	INFLAÇÃO (IPCA)	JURO REAL
PA/MG/ AL	1.606%	(228%)	1.378%
Demais estados	1.204%	(228%)	976%

Elaborado por João Pedro Casarotto, com dados das séries temporais do BCB.

(\*) – As remunerações não consideram a alteração do índice e do juro decorrente das leis complementares 148, 151 e 156/2016 porque poucos estados aderiram aos seus ditames e por abrangerem somente parte do ano de 2016.

A União destina todos estes valores confiscados dos estados para o pagamento da dívida pública federal, que aumenta desmedidamente e está levando todos os entes federados à estagnação.

Abaixo, tabela dos crescimentos anuais ( $\Delta$ ) e a relação do estoque da dívida pública federal (\*) com a receita corrente líquida da União.

<b>ANO</b>	<b>ESTOQUE DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (*)</b>		<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA UNIÃO</b>		<b>DPF/RC L</b>
1999	438.803.978.000	$\Delta$	129.142.000.000	$\Delta$	3,4
2000	506.708.439.000	15%	145.111.000.000	12%	3,5
2001	605.428.307.120	19%	167.739.102.000	16%	3,6
2002	687.301.061.466	14%	201.927.320.000	20%	3,4
2003	787.142.106.257	15%	224.920.164.000	11%	3,5
2004	857.471.147.172	9%	264.352.998.000	18%	3,2
2005	1.002.518.667.853	17%	303.015.775.000	15%	3,3
2006	1.534.740.158.055	53%	344.731.433.000	14%	4,5
2007	1.694.387.345.625	10%	386.681.857.210	12%	4,4
2008	1.891.646.439.031	12%	428.563.287.920	11%	4,4
2009	2.135.204.926.780	13%	437.200.336.330	2%	4,9
2010	2.397.239.694.577	12%	499.866.612.960	14%	4,8
2011	2.618.190.431.923	9%	558.706.386.600	12%	4,7
2012	2.914.611.989.121	11%	616.933.348.520	10%	4,7
2013	3.080.906.921.533	6%	656.094.217.900	6%	4,7
2014	3.413.338.390.817	11%	641.578.197.330	-2%	5,3
2015	4.079.520.548.175	20%	674.522.742.050	5%	6,0
2016	4.635.783.431.712	14%	722.454.098.612	7%	6,4

(\*) DPF em poder do público + DPMFi em poder Banco Central

Elaborado por João Pedro Casarotto com dados do BGU e da STN/MF

**Correção, sim; juros, não!**

**Roberto Kupski,**

Auditor-Fiscal do RS e presidente da FEBRAFITE

**João Pedro Casarotto,**

Auditor-Fiscal do RS, aposentado e membro da FEBRAFITE